



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA



AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES

MUNICÍPIOS AGROECOLÓGICOS E POLÍTICAS DE FUTURO

INICIATIVAS MUNICIPAIS DE APOIO
À AGRICULTURA FAMILIAR E À
AGROECOLOGIA E DE PROMOÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

DEMOCRACIA



M966

Municípios agroecológicos e políticas de futuro
[recurso eletrônico] : iniciativas municipais de
apoio à agricultura familiar e à agroecologia e
de promoção da segurança alimentar e nutricional
/ organizadores: Flavia Londres ... [et al.]. -
1. ed. - Rio de Janeiro : Articulação Nacional de
Agroecologia - ANA, 2020.
39 p. : il. color.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.
Inclui bibliografia.

1. Ecologia agrícola - Política governamental
- Brasil. 2. Agricultura familiar - Política
governamental - Brasil. 3. Agricultura sustentável -
Política governamental - Brasil. 4. Desenvolvimento
rural - Política governamental - Brasil. 5. Política
alimentar - Brasil. 6. Segurança alimentar - Brasil.
I. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). II.
Londres, Flavia.

CDD 630.27450981



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

**AGROECOLOGIA
NAS ELEIÇÕES**

MUNICÍPIOS AGROECOLÓGICOS E POLÍTICAS DE FUTURO

INICIATIVAS MUNICIPAIS DE APOIO
À AGRICULTURA FAMILIAR E À
AGROECOLOGIA E DE PROMOÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Rio de Janeiro, outubro de 2020

A Articulação Nacional de Agroecologia estimula a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária a sua reprodução total ou parcial, solicitamos que o documento “Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro - iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional” seja citado como fonte.

Organizadores

Flavia Londres
Denis Monteiro
Viviane Brochardt
Morgana Maselli
Emília Jomalinis

Organização e análise de dados e elaboração do texto

Emília Jomalinis

Revisão técnica

Flavia Londres
Viviane Brochardt
Morgana Maselli
Denis Monteiro

Pesquisadoras e pesquisadores

Alexandre Botelho (Merrem), Alice Karine Vriesman, Almir Alencar, Amanda Moura, Amanda Vieira Leão, Antônia Borges (Maninha), Antonio Paulo Ribeiro, Ariana Gomes da Silva, Carla Galiza dos Santos, Catarina do Espírito Santo, Cidvânia Andrade de Oliveira, Cintia Cassia Tonieto Gris, Cláudio Lasa, Edilza Frizon, Eduardo Borges (Cazuza), Fábila Almeida dos Santos, Gabriela Souza, Germana Platão Rocha, João Palmeira Júnior, Josean de Castro Vieira, Júlio César Lima Dias, Laércio Meirelles, Liliam Telles, Lúcia Glória Alencar Magalhães, Luiz Henrique Gomes de Moura (Zarref), Marialda Moura da Silva, Marli Gondim, Milaine Souza Lopes, Mirian Farias da Silva, Ramom Morato, Renata Souto, Rodrigo Moreira, Sarah Luiza Moreira, Vinícius Santos Lima e Wania Kauana Bernardi.

Coordenação editorial

Viviane Brochardt
Flavia Londres

Revisão de texto

Flavia Londres
Viviane Brochardt
Helena Costa

Projeto gráfico e diagramação

Mariana Fonseca

Arte da capa

Brenda Cesário

Gráficos e infográficos

Brenda Cesário
Indi Gouveia

Inserção de emendas

Antonio Dias

LISTA DE GRÁFICOS:

GRÁFICO 1: Distribuição das iniciativas por Unidade da Federação (UF)	12
GRÁFICO 2: Distribuição das iniciativas por bioma	13
GRÁFICO 3: Municípios com maior número de iniciativas identificadas	13
GRÁFICO 4: Distribuição das iniciativas identificadas por região	14
GRÁFICO 5: Distribuição dos municípios com iniciativas identificadas por região	14
GRÁFICO 6: Iniciativas municipais identificadas por Unidade da Federação (UF)	15
GRÁFICO 7: Temas conforme suas incidências nas iniciativas	17
GRÁFICO 8: Iniciativas de restrição/regulamentação do uso de agrotóxicos	35

LISTA DE SIGLAS:

AC – Acre
ACS – Agente Comunitário de Saúde
AL – Alagoas
Alepe – Assembleia Legislativa de Pernambuco
AM – Amazonas
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
AP – Amapá
Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
BA – Bahia
BSC – Banco de Sementes Comunitário
Cafa – Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana
CE – Ceará
Cnapo – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CO – Centro-Oeste
Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Coopañ – Cooperativa de Agricultura e Pesca Familiar de Içara
Cooperaliança – Cooperativa Aliança de Eletrificação de Içara
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
EFA – Escola Família Agrícola
Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ES – Espírito Santo
ESF – Estratégia de Saúde da Família
FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
Fuminc – Fundo Municipal de Incentivo à Cultura
Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GO – Goiás
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MA – Maranhão
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MG – Minas Gerais
MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
N – Norte
NE – Nordeste
Nupes – Núcleo de Políticas para a Economia Solidária
PA – Pará
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PANC – Planta Alimentícia Não Convencional
PAVS – Programa Ambientes Verdes e Saudáveis
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
PI – Piauí
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar
POT – Programa Operação Trabalho
PR – Paraná
Promcapes – Programa Municipal de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
Recasa – Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Sertão
RJ – Rio de Janeiro
RN – Rio Grande do Norte
RO – Rondônia
RR – Roraima
RS – Rio Grande do Sul
S – Sul
SC – Santa Catarina
SE – Sudeste
SE – Sergipe
SIM – Serviço de Inspeção Municipal
Sisan – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SMAAI – Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Assuntos Indígenas
SMC – Secretaria Municipal de Cultura
SP – São Paulo
SUS – Sistema Único de Saúde
TO – Tocantins
Udaf – Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar
UF – Unidade da Federação

SUMÁRIO

Introdução	09
Metodologia da pesquisa-ação	10
Síntese dos dados	12
Incidência dos temas por região.....	16
Análise das iniciativas por campos temáticos	18
Comercialização, circuitos curtos e compras institucionais	19
Inclusão produtiva com segurança sanitária	25
Fomento à produção e infraestrutura em áreas rurais	25
Reforma agrária e direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais	26
Sementes, biodiversidade, águas e meio ambiente	28
Cultura e comunicação	29
Resíduos sólidos e compostagem	29
Agricultura urbana e periurbana	30
Práticas integrativas e complementares no SUS	31
Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	32
Combate à violência contra as mulheres e apoio a grupos de mulheres	33
Educação e juventudes	34
Controle e restrição de atividades que geram impactos negativos	35
Outras iniciativas inovadoras	36
Conclusão: do local emergem políticas de futuro	36

INTRODUÇÃO



O levantamento *Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro - Iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional*, realizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), encontrou mais de 700 iniciativas municipais que apoiam, direta ou indiretamente, a agroecologia em suas localidades — entre elas, políticas públicas, ações, programas, leis, portarias e instruções normativas. As iniciativas versam sobre 41 temas e envolvem 530 municípios em 26 estados. Neste texto, apresentaremos a metodologia utilizada na pesquisa e na sistematização dos dados, alguns dos principais resultados e um detalhamento de algumas iniciativas, organizadas em 13 campos temáticos.

METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO

O presente mapeamento é o resultado inicial de um processo coletivo e em construção, que envolveu 34 pesquisadoras/es, ao longo de cerca de dois meses, coordenado pela Articulação Nacional de Agroecologia. Seu resultado é fruto de um mapeamento preliminar de ações, políticas, programas e legislações municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um mapeamento das iniciativas municipais, por cada Unidade da Federação (UF). Cada estado realizou seu processo de pesquisa-ação envolvendo as articulações estaduais e demais atores no estado. Um segundo momento da pesquisa consistiu, por um lado, em aprofundar o estudo de algumas políticas mapeadas e, por outro, em adequar os dados coletados em um formato padrão que permitisse a construção de uma base que unificasse todas as informações.

Na íntegra, o material produzido conta com quase 950 iniciativas. Porém, no processo de construção metodológica, percebemos que muitas delas, embora de grande importância para as localidades, não contavam com o apoio dos entes públicos municipais, consistiam em iniciativas da sociedade civil organizada e/ou ações que contam/contaram apenas com apoio do governo federal ou estadual. Assim, nesse refinamento metodológico foram contabilizadas, somente, ações que possuem o poder público municipal como executor e/ou financiador das ações. Também foram contabilizados casos em que o financiamento e/ou a execução conta com o município, mas também com outros entes e atores: governo federal, governo estadual, organizações da sociedade civil, iniciativa privada e/ou organizações internacionais. Neste sentido, experiências que foram classificadas como iniciativas da sociedade civil, mas que contam com apoio financeiro ou na gestão/execução do município, também foram contabilizadas¹.

Assim, chegou-se ao número de 725 iniciativas apresentadas na tabela² disponível para consulta pública. A tabela elaborada é composta por 23 colunas. A primeira coluna indica a numeração das políticas e aqui vale destacar que duas políticas em um mesmo município são contabilizadas separadamente. Porém, uma mesma política que envolve dois ou mais municípios foi contabilizada uma única vez. Para cada iniciativa foi indicado o bioma no qual ela ocorre, sua macrorregião e UF, bem como o município e sua população (total, rural e urbana), segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1. Por exemplo, nos casos em que a feira local é compreendida como uma iniciativa da sociedade civil, mas conta com apoio financeiro do município; ou mesmo iniciativas que apresentam uma experiência de grupos produtivos que, por sua vez, acessam uma política como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

2. As informações presentes neste documento, bem como suas referências, encontram-se integralmente nesta tabela. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/campanha-agroecologia-nas-eleicoes/> Acesso: 21 out. 2020



Na sequência, as iniciativas são identificadas quanto ao tipo, sendo possíveis as seguintes classificações: ação, política ou programa governamental que apoia diretamente agricultoras/es, grupos, coletivos e iniciativas da sociedade (PPAA); ação, política ou programa governamental de controle e/ou restrição de atividades que impactam negativamente a agroecologia, os territórios e as comunidades (PPCI – sinteticamente, que “controlam impactos negativos”); ação, política ou programa governamental que gera impactos positivos nas vidas das agricultoras e dos agricultores (PPIND – embora não tenham sido planejadas para este público em específico, indiretamente geram impactos positivos sobre a agroecologia e seus sujeitos); iniciativas da sociedade civil (ISC – para iniciativas originalmente gestadas e/ou protagonizadas pela sociedade civil); órgão governamental (OG – para classificar secretarias, departamentos etc., que também foram mapeados na pesquisa); instrumentos de execução de ações, políticas e programas, tais como decretos, portarias e outros instrumentos normativos (INSTR); e, por fim, espaços de controle e participação social, notadamente os conselhos municipais (CPS).

Para identificar os atores políticos envolvidos nas iniciativas, criamos duas colunas para as seguintes categorias: principal ente financiador e principal ente executor/gestor. No caso do ente financiador, consideramos o responsável pelo recurso financeiro que viabiliza a iniciativa. No caso do ente executor/gestor, consideramos quem executa concretamente as ações e/ou faz a gestão das atividades. A classificação, neste caso, considerou as seguintes opções, sendo possível identificar dois ou mais atores, se necessário: Municipal (M), Estadual (E), Federal (F), Sociedade Civil (SC), Organizações Internacionais (INT) e Iniciativa Privada (IP). Em seguida, cada iniciativa é classificada quanto à sua abrangência: Municipal (M), Estadual (E), Federal (F), Territorial (T). Políticas públicas nacionais que, nos casos em questão, versam sobre sua aplicação no município – como no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – foram consideradas de abrangência municipal.

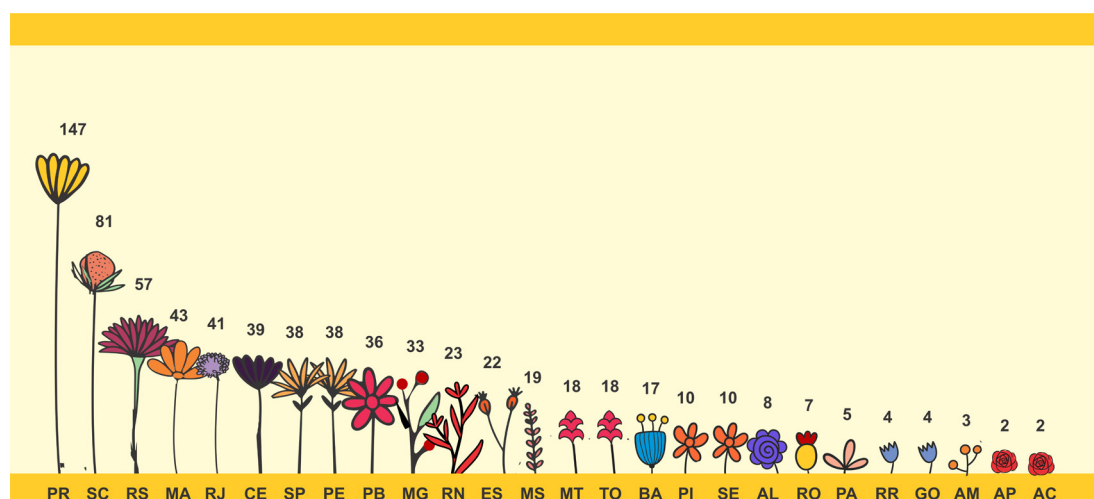
Em seguida, cada política foi classificada em até três temas – tema 1, tema 2 e tema 3 – não havendo hierarquia entre eles. Após classificada a iniciativa quanto aos temas, as duas colunas seguintes são “Nome/instrumento da iniciativa” e “Breve descrição”. Para a coluna “Segue em curso?”, as respostas possíveis foram “Sim”, “Não”, “Sim, criada durante a pandemia”, “Sim, mas interrompida durante a pandemia”, “Não, encerrada durante a pandemia” ou “Em tramitação”. Essa última classificação refere-se a projetos de lei em tramitação. Por fim, apresentam-se detalhes, quando possível, sobre orçamento, estimativa de público beneficiário, *links* com materiais de referência e outros destaques.

Tendo explicado os principais elementos metodológicos, apresentamos a seguir os resultados obtidos e a análise dos dados.

SÍNTESE DOS DADOS

As 725 iniciativas identificadas distribuem-se da seguinte forma, segundo Unidade da Federação: 147 no Paraná, 81 em Santa Catarina, 57 no Rio Grande do Sul, 43 no Maranhão, 41 no Rio de Janeiro, 39 no Ceará, 38 em São Paulo e em Pernambuco, 36 na Paraíba, 33 em Minas Gerais, 23 no Rio Grande do Norte, 22 no Espírito Santo, 19 em Mato Grosso do Sul, 18 no Mato Grosso e no Tocantins, 17 na Bahia, 10 no Piauí e em Sergipe, 8 em Alagoas, 7 em Rondônia, 5 no Pará, 4 em Roraima e Goiás, 3 no Amazonas e 2 no Amapá e Acre.

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS INICIATIVAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF)



No tocante ao andamento das iniciativas, dentre as 725 identificadas, temos:

- 647 vigentes
- 7 criadas durante a pandemia
- 27 temporariamente suspensas por causa da pandemia
- 41 interrompidas
- 3 em tramitação



Do total das iniciativas, **647** seguem em curso, **3** estão em tramitação e **7** foram criadas durante a pandemia



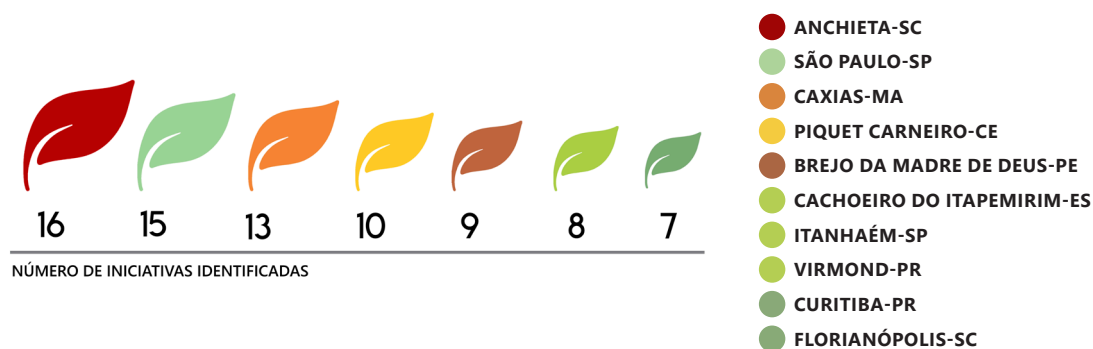
41 iniciativas não existem mais e **27** foram interrompidas devido à Covid-19

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DAS INICIATIVAS POR BIOMA



Ao analisar as iniciativas por bioma, identificamos que 407 ocorrem na Mata Atlântica, 142 na Caatinga, 72 no Cerrado, 35 na Amazônia, 8 no Pampa e 4 no Pantanal. Há também o caso de iniciativas em municípios em zonas de transição: 19 acontecem em municípios em transição entre Cerrado e Mata Atlântica, 15 em municípios na transição entre Amazônia e Cerrado, 9 na transição entre Pampa e Mata Atlântica, 8 na transição entre Cerrado e Caatinga, 5 entre Caatinga e Mata Atlântica e 1 iniciativa ocorre num município que apresenta os biomas Pantanal e Cerrado.

GRÁFICO 3: MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMERO DE INICIATIVAS IDENTIFICADAS



No tocante aos municípios, identificamos políticas em 530³ dentre os 5.570 municípios brasileiros. Os municípios que apresentaram o maior número de políticas foram Anchieta (SC), com 16; São Paulo (SP), com 15; Caxias (MA), com 13; Piquet Carneiro (CE), com 10; Brejo da Madre de Deus (PE), com 9; Cachoeiro do Itapemirim (ES), Itanhaém (SP) e Virmond (PR), com 8; Curitiba (PR) e Florianópolis (SC) com 7.

3. Uma iniciativa desenvolvida na região metropolitana de Belo Horizonte abarca alguns municípios. No tempo de desenvolvimento desta pesquisa, não foi possível aprofundar as informações desse caso, identificando quais e quantos municípios integram a experiência. Para evitar superestimar os dados, vamos considerar apenas 1 município como locus de desenvolvimento da iniciativa da região metropolitana de BH.

GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DAS INICIATIVAS IDENTIFICADAS POR REGIÃO

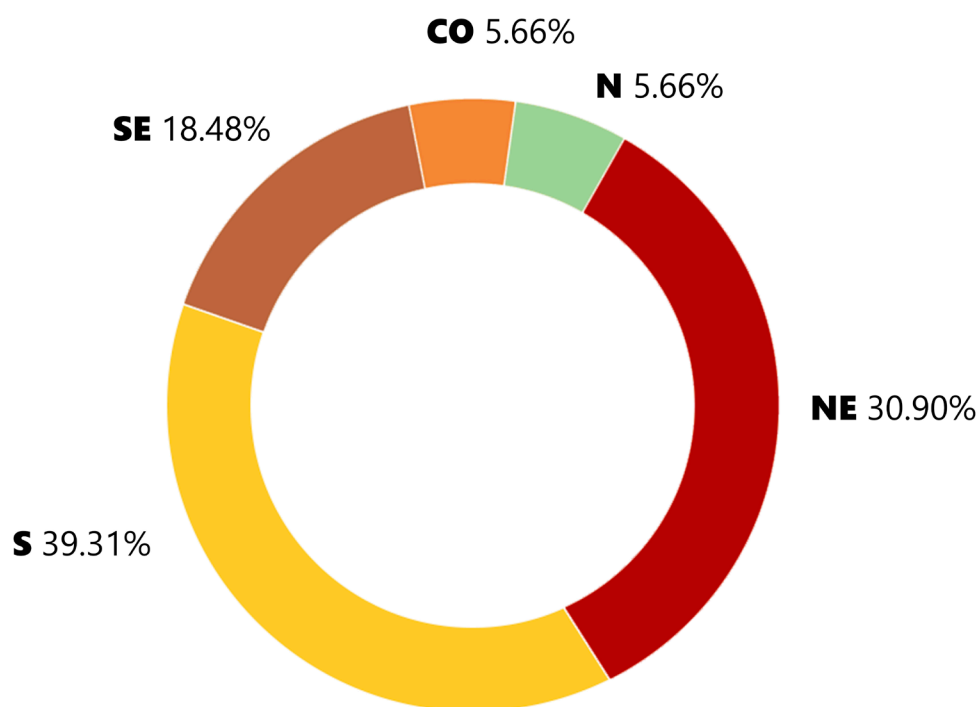


GRÁFICO 5: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM INICIATIVAS IDENTIFICADAS POR REGIÃO

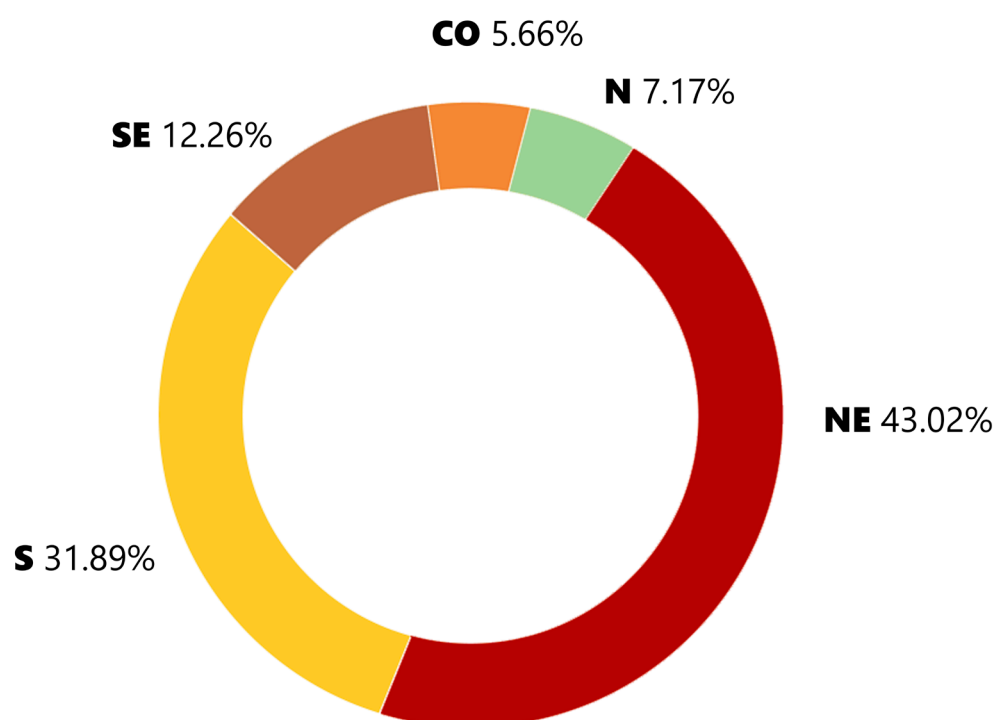
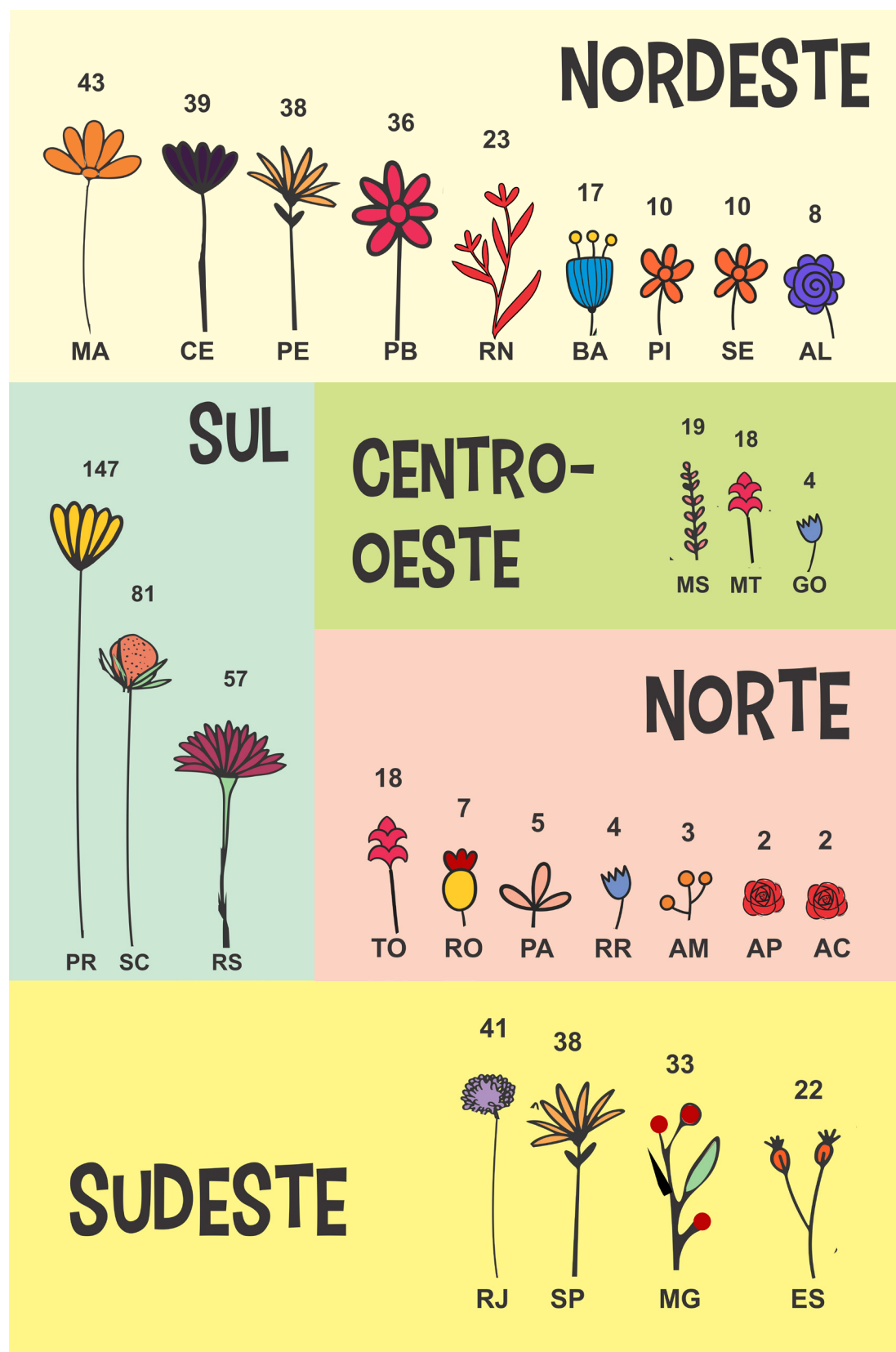


GRÁFICO 6: INICIATIVAS MUNICIPAIS
IDENTIFICADAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF)





INCIDÊNCIA DOS TEMAS POR REGIÃO

No Nordeste, os cinco principais temas abordados foram: *Apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização; Compras institucionais da agricultura familiar e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar; Fomento à produção; Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); e Cisternas e outras políticas de estocagem de águas.*

Na região Sul, as ações versaram principalmente sobre os temas: *Fomento à produção; Educação alimentar e nutricional e promoção da alimentação adequada e saudável; Alimentação escolar; Apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização; e Agricultura urbana e periurbana.*

Na região Sudeste, os principais temas que aparecem são: *Apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização; Abastecimento alimentar; Construção do conhecimento agroecológico; Agricultura urbana e periurbana; e Alimentação escolar.*

Na região Centro-Oeste, os temas mais incidentes foram: *Apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização; Compras institucionais da agricultura familiar e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar; Ater; Apoio a grupos e coletivos de mulheres; Extrativismo, conservação, uso e comercialização de produtos da sociobiodiversidade; Alimentação escolar; e Fomento à produção.*

Por fim, na região Norte tivemos: *Apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização; Compras institucionais da agricultura familiar e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar; Educação do campo/contextualização e educação em agroecologia; Fomento à produção; e Reconhecimento e proteção a territórios de povos e comunidades tradicionais.*

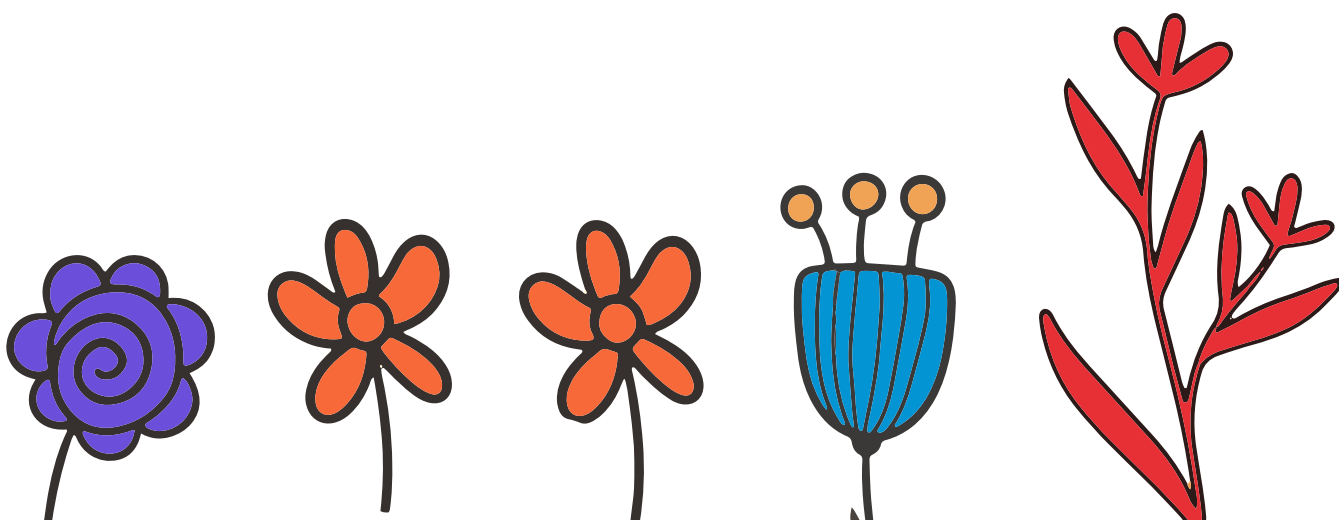
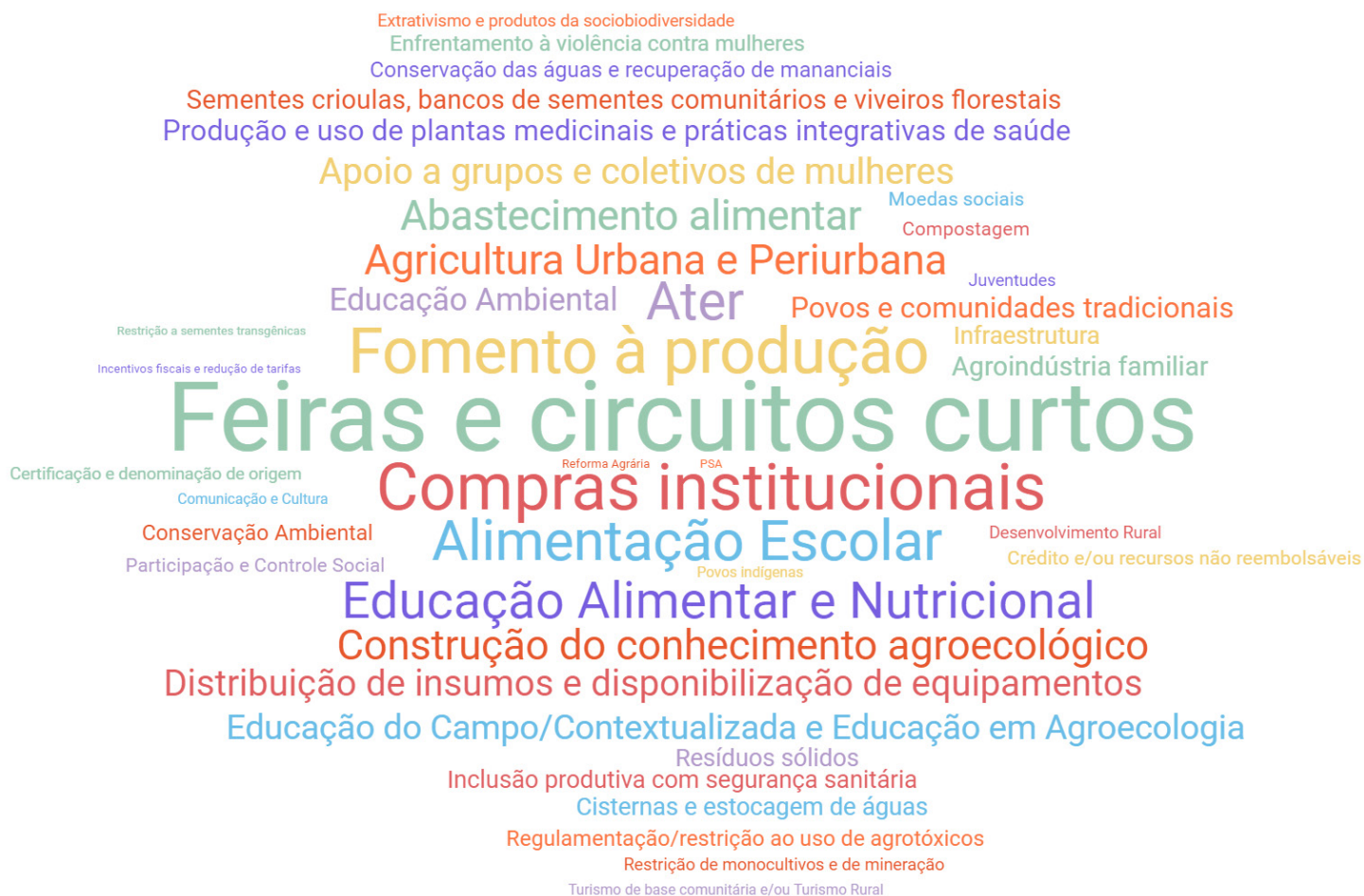


GRÁFICO 7: TEMAS CONFORME SUAS INCIDÊNCIAS NAS INICIATIVAS



ANÁLISE DAS INICIATIVAS POR CAMPO TEMÁTICO

A classificação orientou-se por uma lista de temas que continha 41 categorias. Cada iniciativa pode ser contabilizada em até três temas. No total⁴, o tema mais incidente nas iniciativas foi *Apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização*, num total de 113, seguido do tema *Compras institucionais da agricultura familiar e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar* (73). Os demais temas e o respectivo número de aparições foram os seguintes: *Fomento à produção* (70); *Alimentação escolar* (61); *Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)* (56); *Educação alimentar e nutricional e promoção da alimentação adequada e saudável* (54); *Agricultura urbana e periurbana* (42); *Construção do conhecimento agroecológico* (40); *Abastecimento alimentar* (40); *Distribuição de insumos e disponibilização de equipamentos* (35); *Apoio a grupos e coletivos de mulheres* (34); *Educação do campo/contextualizada e educação em agroecologia* (33); *Educação ambiental* (29); *Produção e uso de plantas medicinais e práticas integrativas de saúde* (25); *Reconhecimento e proteção a territórios de povos e comunidades tradicionais* (25); *Incentivo à agroindústria familiar* (22); *Resgate, conservação e uso de sementes crioulas/apoio a Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) e viveiros florestais* (21); *Inclusão produtiva com segurança sanitária (adequação à legislação sanitária)* (20); *Apoio em infraestrutura* (19); *Cisternas e outras políticas de estocagem de águas* (17); *Descarte, coleta e reciclagem de resíduos sólidos* (17); *Conservação das águas e recuperação de mananciais* (16); *Regulamentação/restrição ao uso de agrotóxicos* (15); *Conservação ambiental* (14); *Defesa dos direitos das mulheres e enfrentamento à violência* (14); *Compostagem de resíduos orgânicos* (13); *Crédito e/ou recursos não reembolsáveis* (13); *Moedas sociais e tíquetes para feiras locais* (13); *Participação e controle social* (11); *Apoio às juventudes* (10); *Restrição de monocultivos e de mineração* (10); *Extratativismo, conservação, uso e comercialização de produtos da sociobiodiversidade* (9); *Certificação e denominação de origem* (9); *Desenvolvimento rural* (8); *Reconhecimento e proteção a territórios e povos indígenas* (7); *Comunicação popular e cultura* (6); *Turismo de base comunitária/turismo rural* (6); *Incentivos fiscais e redução de tarifas e serviços públicos* (4); *Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)* (4); *Assentamentos de reforma agrária* (1); e *Restrição ao uso de sementes transgênicas* (1).

Alguns dos temas que aparecem no levantamento merecem destaque por sua relevância, por envolverem iniciativas realmente criativas e inovadoras, ou pela frequência com que se repetem nos municípios pesquisados. A seguir, apresentaremos alguns desses temas em maior detalhe, trazendo exemplos sobre como as iniciativas a eles relacionadas se concretizam.

4. Considerando que cada iniciativa pode ser contabilizada até três vezes.

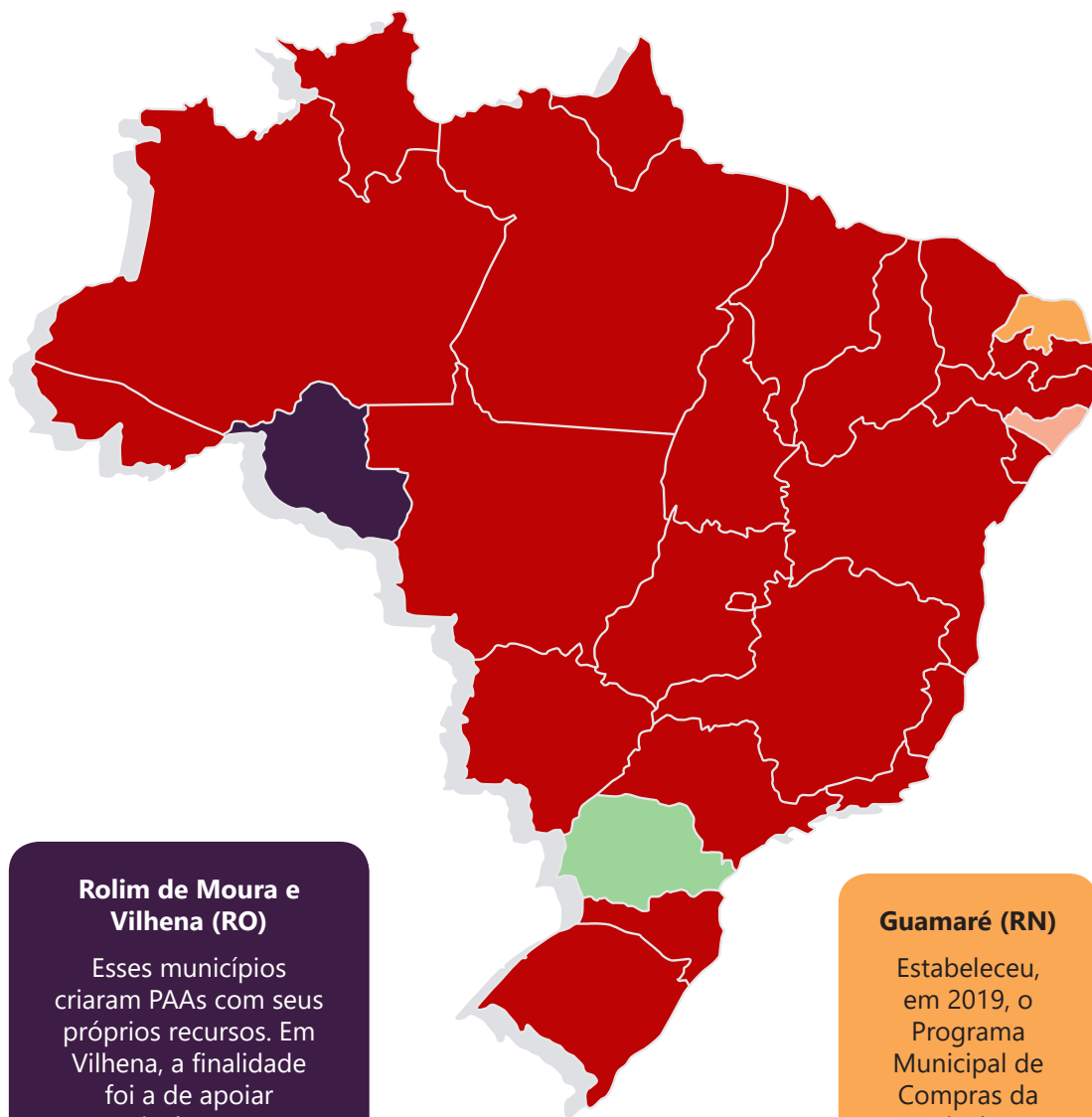
COMERCIALIZAÇÃO, CIRCUITOS CURTOS E COMPRAS INSTITUCIONAIS

O *Apoio às feiras e circuitos curtos de comercialização* aparece como tema principal dentre as políticas levantadas: 113 iniciativas. Destas, 38 – em torno de um terço – concentram-se na região Nordeste, seguida das regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e, por fim, Norte. Alguns tipos de apoio que aparecem nas iniciativas são: cessão de espaço público para realização da feira ou construção de um ponto fixo de comercialização, compra de barracas, apoio na logística para transportes, dentre outros. Embora não seja o objeto principal de análise, cabe destacar a existência em distintos estados de feiras realizadas com o apoio de instituições federais de ensino superior.

Em Remígio (PB), a Feira Agroecológica, criada em 2006, é realizada toda sexta-feira, sendo uma das mais antigas da Rede de Feiras Agroecológicas do Polo da Borborema. Atualmente, 12 famílias trabalham diretamente na feira com seus próprios produtos e de vizinhos que participam da rede de agroecologia. A feira tem uma coordenação e a cada ano acontecem seminários de formação e avaliação do espaço. O poder municipal sempre foi parceiro na logística da feira. Em Couto Magalhães (TO), a Feira Livre Municipal Ozéias de Araújo é uma tradição das sextas-feiras, a partir das 15h, no Centro Cultural Ozéias de Araújo e, há mais de dez anos, promove geração de renda e interação entre as/os moradoras/es de todas as regiões rurais do município, do centro da cidade e visitantes. A feira é abastecida na maior parte com produtos da agricultura familiar. A prefeitura gerencia o espaço e, inclusive, transporta produtos e produtoras/es.

Em Tangará da Serra (MT), município localizado numa região caracterizada pela produção do agronegócio, a prefeitura criou uma unidade específica para tratar da Economia Solidária, o Núcleo de Políticas para a Economia Solidária (Nupes). Feiras municipais são realizadas duas vezes por semana, onde as/os agricultoras/es comercializam seus produtos, sendo a maioria vinda dos assentamentos de reforma agrária. O município de Tangará da Serra também realiza assistência técnica e executa o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) municipal. Já no município do Rio de Janeiro (RJ), há a experiência do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, inaugurado em 2010 e, atualmente, integrado por 19 feiras. Em 10 de junho de 2020, de forma arbitrária, a prefeitura extinguiu o Conselho Gestor do Circuito e vem colocando diversos entraves para o seu funcionamento durante a pandemia. Já no município de Imbé (RS), a prefeitura idealizou a Ecofeira com o objetivo de fornecer produtos orgânicos aos moradores e veranistas da cidade. Nela são comercializados hortifrutigranjeiros, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), sucos, polpas, grãos e cereais, todos orgânicos, além de pescados e frutos do mar. A comercialização é realizada por um pescador do município e agricultores/as de Maquiné, Barra do Ouro e Três Cachoeiras.

COMPRAS INSTITUCIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E OUTROS INSTRUMENTOS DE GERAÇÃO DE DEMANDA PELA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR



Rolim de Moura e Vilhena (RO)

Esses municípios criaram PAAs com seus próprios recursos. Em Vilhena, a finalidade foi a de apoiar agricultoras/es que tiveram a comercialização nas feiras interrompida devido à Covid-19

Guamaré (RN)

Estabeleceu, em 2019, o Programa Municipal de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Promcapes)

Fazenda Rio Grande (PR)

Possui a Lei nº 873/2011, que "Cria no âmbito do município de Fazenda Rio Grande o Programa Municipal de Compra Direta Local dos Produtos da Agricultura Familiar"

Viçosa (AL)

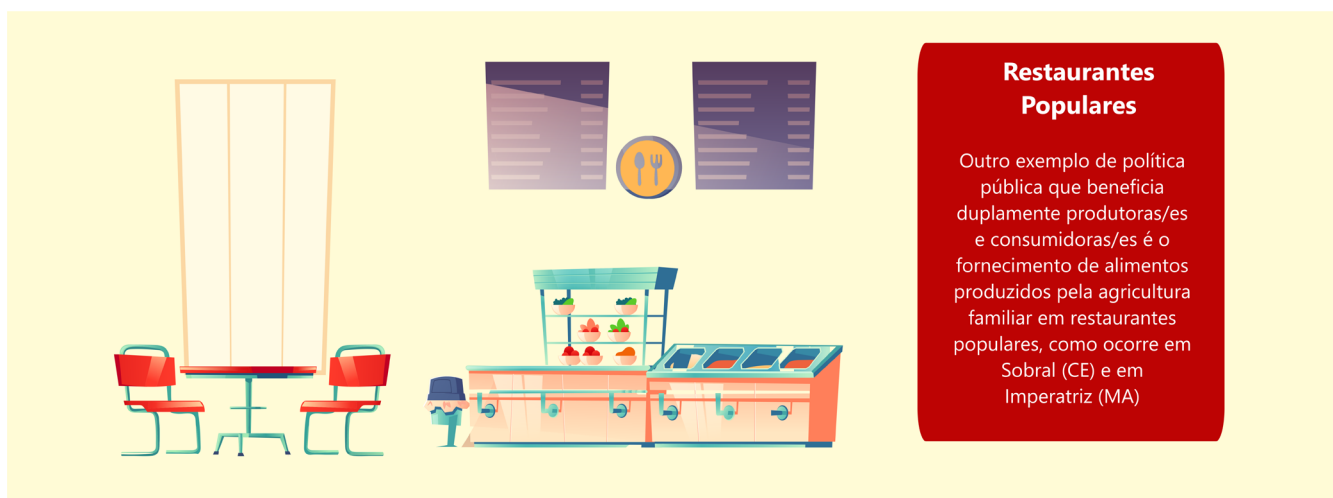
Foi um dos primeiros do Brasil a implementar o Programa de Compras Institucionais (PAA Municipal)

Outro tema de destaque refere-se às *Compras institucionais da agricultura familiar e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar*, que somou 73 experiências. Grande parte delas versa especialmente sobre o acesso a políticas como PAA e Pnae, muitas das vezes com o apoio financeiro federal (em alguns casos, estadual também), mas há casos em que o município também apoia financeiramente a política: Laranjal do Jari (AP), Crateús (CE), Cáceres (MT), Tome-Açu (PA), Tamandaré (PE), Rolim de Moura e Vilhena (RO) são alguns dos muitos exemplos. O município de Viçosa (AL), inspirado no Pnae, foi um dos primeiros do Brasil a implementar o Programa de Compras Institucionais (PAA municipal). Desde 2010, a prefeitura compra produtos da agricultura familiar para abastecer a demanda de alimentação do hospital local (pacientes e funcionários), da Guarda Municipal e da Secretaria de Ação Social – nesse caso, para atendimento às famílias em risco social, através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Em São José do Egito (PE) há um PAA em que, desde 2019, 30% dos recursos são destinados a grupos de mulheres. Em Chiapetta (RS), o município instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para fornecimento/composição da cesta básica concedida aos servidores públicos municipais. Essa política foi convertida em lei em 2017.

Há casos em que essa prática de compra se institucionaliza mediante legislação, como aconteceu em Fazenda Rio Grande (PR), onde a Lei 873/2011 “Cria no âmbito do município de Fazenda Rio Grande o Programa Municipal de Compra Direta Local dos Produtos da Agricultura Familiar”. Há outros casos como esse no Paraná. Há também em Guimarães (RN) uma legislação mais recente, de 2019, que cria o Programa Municipal de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Promcapes).

Outros exemplos de *Geração de demanda por produção da agricultura familiar* são os restaurantes populares. Aqui, a política também beneficia duplamente produtoras/es e consumidoras/es. Alguns exemplos de restaurantes populares/comunitários que fornecem alimentos produzidos pela agricultura familiar estão em Sobral (CE) e Imperatriz (MA). Nessa última cidade, há um restaurante popular desde 2008, além de outras iniciativas importantes, como um Banco de Alimentos e, desde 2015, o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), importante instrumento para a construção e o monitoramento das políticas públicas de promoção da segurança alimentar e nutricional.





Tema correlato ao das compras institucionais é o da *Alimentação escolar*. Aqui, muitas das iniciativas referem-se ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Há casos de legislações que dispõem sobre a obrigatoriedade da inclusão de alimentos orgânicos ou agroecológicos adquiridos diretamente da agricultura familiar na alimentação escolar. Alguns casos como esse aparecem em São Paulo (SP), Santa Rosa de Lima (SC), Encantado (RS) e Porto Alegre (RS). Também podemos citar legislações que determinam uma compra progressiva: por exemplo, em Anchieta (SC), a lei municipal prevê que, em 2021, a alimentação escolar seja composta de, pelo menos, 45% de alimentos orgânicos. Por fim, há também municípios onde a alimentação escolar é integralmente, ou quase, oriunda da agricultura familiar e de base agroecológica e/ou orgânica. Em São Domingos (SC), 100% dos recursos do Pnae são destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, sendo em torno de 30% de produtos orgânicos. Em Itati (RS), cerca de 97% dos recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados ao Pnae são direcionados à compra de alimentos da agricultura familiar, assim como em Aratiba (RS), onde o programa “Alimentação Saudável: Comer Bem para Viver Melhor” prioriza alimentos da agricultura familiar e alimentos orgânicos nas compras para a alimentação escolar. No ano de 2019, 83% dos produtos ofertados para o programa foram oriundos da agricultura familiar. Todos são exemplos reais da viabilidade de uma alimentação adequada, saudável, sustentável e de base agroecológica.

Algumas experiências no campo da alimentação escolar, porém mais específicas do tema *Educação Alimentar e Nutricional*, merecem destaque. Em Viana (MA), a partir da ação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e o apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), uma iniciativa, iniciada em 2016, envolveu diversos processos formativos de capacitação com merendeiras das escolas públicas municipais para ensinar a preparar alimentos utilizando o mesocarpo e o azeite de babaçu. A iniciativa não segue mais em curso, mas enquanto existiu permitiu a capacitação de merendeiras das escolas públicas e, posteriormente, a preparação de espaços de degustação com mães,

pais, alunas/os, professoras/es, gestoras/es, nutricionistas e o secretário de educação do município. Em Itanhaém (SP), no âmbito do Pnae, houve a inserção do milho guarani na alimentação de escolas indígenas, uma iniciativa que agrega alimentação adequada e saudável ao resgate de sementes crioulas e à valorização e reconhecimento dos territórios e povos indígenas. Também no estado de São Paulo, o município de Botucatu promulgou, em 2009, uma lei que proíbe transgênicos na alimentação escolar.

A temática do *Abastecimento alimentar*, que ganhou significativa projeção no contexto da pandemia, também é objeto de algumas dessas políticas e, de forma indireta, relaciona-se com um conjunto delas. Como destaque, vale mencionar a experiência de Belo Horizonte (MG), onde a Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (Cafa) foi criada mediante chamamento público de seleção de cooperativa ou rede de cooperativas, para manutenção e qualificação de um centro de logística e distribuição de produtos da agricultura familiar e urbana. A Cafa tem a missão de proporcionar suporte comercial às organizações vinculadas à Rede Sisal – rede constituída por vários empreendimentos da agricultura familiar e urbana, seus produtores e suas comunidades, de forma a ampliar suas capacidades de acesso aos mercados institucionais e convencionais. A Cafa possui infraestruturas de agroindústria, cozinha pedagógica, espaço de armazenamento e de estoque, câmara fria, caminhão e prestação de serviços. O uso das instalações para comercialização tem previsão para outubro de 2020. Essa iniciativa se integra a um outro conjunto de políticas públicas na região metropolitana de Belo Horizonte que resulta num interessante arranjo institucional.

Nessa mesma direção, há outros exemplos de iniciativas onde o poder público municipal apoia a conexão entre a produção e o consumo por meio de espaços físicos estratégicos. É o caso de Patos (PB), onde as Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar (Udafs) são espaços físicos – a serem inaugurados – estruturados e equipados com o objetivo de auxiliar a distribuição de alimentos no município, preferencialmente aqueles oriundos da agricultura familiar, adquiridos por meio dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAAs) municipal e estadual. Esse espaço auxiliará na organização e na integração de redes locais de comercialização, abastecimento e consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar e ampliará as condições de acesso à alimentação adequada e saudável. Outras iniciativas importantes no campo do *Abastecimento alimentar* versam sobre bancos de alimentos. Alguns municípios que contam com essa iniciativa são Araraquara (SP), Simonésia (MG) e Imperatriz (MA).

Foram mapeadas 13 experiências de *Moedas sociais e tíquetes para feiras locais*. Na maioria das vezes, são fornecidos tíquetes a servidores públicos municipais, tais como os tíquetes alimentação, mas para uso exclusivo nas feiras locais. Há experiências assim em Cachoeiro do Itapemirim (ES), Paty do Alferes (RJ), Rio do Campo e Içara (SC), dentre outras. Em Içara (SC), a prefeitura implantou o chamado “vale feira” (Lei nº 3.708), fornecendo a cada funcionário um tíquete para uso exclusivo na feira da agricultura familiar do município. Com o tempo, além da prefeitura, também a câmara de vereadores e a Cooperativa de

Eletrificação (Cooperaliança) adotaram a proposta. A feira é organizada pela Cooperativa de Agricultura e Pesca Familiar de Içara (Coopafi), que mensalmente presta contas dos vales que cada feirante recebe, emite nota fiscal e repassa os valores. O projeto foi negociado com o sindicato dos funcionários da prefeitura, a Coopafi e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Na feira, pode-se encontrar hortaliças orgânicas, embutidos, lácteos, frutos do mar, farinhas, cereais, panificados e mel.

Há também experiências de moedas sociais que têm como público beneficiário populações específicas e/ou em situação de vulnerabilidade, como no caso de Maricá (RJ) e São José do Erval (RS). No município de Maricá (RJ) a experiência, administrada pelo Banco Palmas, beneficia a população que se encontra dentro da faixa de até três salários mínimos e comprova renda através do CadÚnico. O programa Renda Mínima Gestante também oferece a gestantes em situação de vulnerabilidade social residentes no município um benefício na moeda social por um ano (sete meses da gestação e cinco meses de pós-parto).

Da mesma forma, em São José do Erval (RS), o vale instituído por lei beneficia famílias em condição de vulnerabilidade social, sendo distribuído pelo setor da assistência social do município. Por fim, há também uma interessante experiência em Pinhão (PR), onde o Vale Feira é um instrumento na Política de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: as famílias que aderem ao programa, estão em dia com a Taxa de Lixo e separam adequadamente o lixo doméstico para a coleta seletiva recebem de volta, integralmente, o valor da Taxa de Lixo na forma de Vale Feira, para uso exclusivo na feira livre do município. Experiência semelhante acontece em Santiago (RS), onde o poder público municipal lançou, em 2020, o projeto Pila Verde, que busca recompensar o cidadão que realizar a separação correta de resíduos e entregar o lixo orgânico para compostagem coletiva. A cada 5 kg de lixo orgânico entregues, os moradores recebem uma cédula de “1 pila”, que tem valor equivalente a R\$ 1,00. O valor poderá ser usado nas Feiras do Produtor com feirantes cadastrados no projeto. O Pila Verde servirá, portanto, para a compra de produtos hortigranjeiros. Em Umuarama (PR) o programa Lixo que Vale promove a troca de materiais recicláveis por alimentos adquiridos direto do produtor rural.



MOEDAS SOCIAIS E TÍQUETES PARA FEIRAS LOCAIS

Foram mapeadas 14 experiências de moedas locais para serem usadas nas feiras municipais. Algumas delas são:

-  EM **IÇARA (SC)**, A PREFEITURA IMPLANTOU O CHAMADO “VALE FEIRA” (LEI Nº 3.708) E CADA FUNCIONÁRIO RECEBE UM TÍQUETE PARA USO EXCLUSIVO NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO
-  NO MUNICÍPIO DE **MARICÁ (RJ)** A EXPERIÊNCIA, ADMINISTRADA PELO BANCO PALMAS, BENEFICIA A POPULAÇÃO QUE SE ENCONTRA DENTRO DA FAIXA DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS E COMPROVE RENDA ATRAVÉS DO CADÚNICO
-  EM **SANTIAGO (RS)**, O PROJETO PILA VERDE BUSCA RECOMPENSAR O CIDADÃO QUE REALIZAR A SEPARAÇÃO CORRETA DO LIXO E ENTREGAR SEU LIXO ORGÂNICO PARA A COMPOSTAGEM. A CADA 5 KG DE LIXO ORGÂNICO ENTREGUES, OS MORADORES RECEBEM UMA CÉDULA DE “1 PILA”, COM VALOR EQUIVALENTE A R\$ 1, PARA SER USADA NAS FEIRAS DO PRODUTOR COM FEIRANTES CADASTRADOS NO PROJETO

INCLUSÃO PRODUTIVA COM SEGURANÇA SANITÁRIA

A *Inclusão produtiva com segurança sanitária* (adequação à legislação sanitária) também foi um tema presente no mapeamento, em especial no que tange ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que aparece nos municípios Catas Altas (MG), Parelhas (RN) e Botucatu (SP), por exemplo. Em especial, há duas experiências de Consórcio Intermunicipal. Uma delas é na Bahia, onde o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco (envolvendo os municípios Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Uauá, Sento Sé, Curaçá, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes e Canudos), a partir de 2018, começou a implementar o SIM de caráter territorial com a legislação atualizada para esse formato, organizando os empreendimentos territoriais da agricultura familiar registrados e articulando diversas políticas públicas, tais como o Garantia Safra, o Pnae e o PAA. Outra experiência intermunicipal mapeada aparece no Rio Grande do Norte (nos municípios de Guamaré, Galinhos, Pedro Avelino, Jandaíra, Macau, João Câmara, Parazinho, Angicos, Pedra Grande, Caiçara do Norte e São Miguel do Gostoso), onde o Consórcio de Sanidade Agropecuária – SIM Sertão e Mar visa inspecionar a produção de gêneros de origem animal, conforme as regras estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Com isso, esses produtos poderão ser comercializados regularmente dentro da região.

FOMENTO À PRODUÇÃO E INFRAESTRUTURA EM ÁREAS RURAIS

O tema do *Fomento à produção* foi o terceiro com maior incidência no mapeamento, envolvendo uma diversidade de ações de apoio e incentivo à produção e, inclusive, experiências de Políticas e Planos Municipais de Agroecologia e Produção Orgânica. Outro tema presente no mapeamento versa sobre *Apoio a infraestruturas em áreas rurais*. Alguns exemplos são a estruturação de espaços de armazenamento e de beneficiamento de alimentos, incluindo a disponibilização de câmaras frias; a construção de sistemas ecológicos de saneamento, como fossas agroecológicas; e a implantação de sistemas de geração de energia solar. Neste último caso, em Anchieta (SC), uma experiência que indiretamente beneficia a agricultura familiar, datada de 2019, envolveu a instalação de três sistemas de geração de energia solar/fotovoltaica, tornando o município o primeiro a gerar 100% da energia que consome em suas repartições públicas, abastecendo 27 unidades consumidoras públicas municipais. Em Arapiraca (AL), o município financiou uma ação da sociedade civil para a construção de fossas agroecológicas. Em Vilhena (RO), o Programa

Porteira Adentro, em curso desde 2013, tem por objetivo fomentar a atividade produtiva rural através da implantação de um conjunto de ações visando a melhoria dos acessos viários, bem como auxiliar na execução de obras de infraestrutura, preferencialmente, nas pequenas propriedades rurais.

REFORMA AGRÁRIA E DIREITOS TERRITORIAIS DE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Na temática da *Reforma agrária* há apenas uma experiência mapeada, ação que é referência em Rio Branco (AC), de criação do Programa Polos Agroflorestais, uma espécie de reforma agrária municipal que destinou pequenos lotes, no cinturão verde da cidade, para que famílias que migraram dos seringais e ficaram desempregadas pudessem produzir alimentos para serem comercializados na cidade. É uma das iniciativas mapeadas mais antigas, datando de 1993. Posteriormente, o governo estadual adotou a mesma ideia e criou alguns polos em Rio Branco e outros municípios como Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Feijó, Bujari, Porto Acre, Xapuri, Capixaba, Epitaciolândia e Brasiléia. Hoje, há grupos de produtores orgânicos em alguns dos polos. Na criação dos polos foram feitas também associações para gestão das iniciativas, das quais participam beneficiárias/os do projeto.

No tocante às experiências de *Reconhecimento e proteção a territórios e povos indígenas*, vale destacar que, em Boa Vista (RR), foi reativada, em 2017, a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Assuntos Indígenas (SMAAI), resultado da pressão dos movimentos do campo e indígenas. Desde então, foram realizadas feiras e experimentos de plantio nas áreas de lavrado, com variedade de feijão, soja, girassol, milho, amendoim, dentre outros. Já em São Paulo (SP), o Programa Aldeias tem por objetivo o fortalecimento e a promoção das expressões culturais tradicionais do povo Guarani Mbya nas aldeias (*tekoa*) localizadas na zona sul (Parelheiros) e zona noroeste (Jaraguá), bem como nos espaços e equipamentos públicos da cidade de São Paulo. Implantada em 2014, a iniciativa é fruto do diálogo entre as lideranças indígenas do povo Guarani Mbya e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). O Programa está em processo de formalização por meio de um projeto de lei vinculado à proposta do Cinturão Verde Guarani, que tem o objetivo de perenizá-lo. Nos últimos três anos, o Programa tem trabalhado com agroecologia e recuperação de variedades crioulas de cultivos como milho e batata doce.

Em Cacique Doble (RS), o município desenvolveu a iniciativa “Valorizando a Cultura Indígena Local”, cuja gestão tem a participação dos indígenas. O objetivo da iniciativa foi resgatar a cultura alimentar do povo indígena da região, valorizando os alimentos regionais e típicos desse povo por meio do uso de alimentos oriundos da agricultura familiar, para que se recu-

perasse a prática de produção dos alimentos da terra. A iniciativa contou com atividades de educação alimentar e nutricional junto a escolares indígenas. Durante as atividades, as/os alunas/os reconheceram alguns alimentos como mandioca, feijão, batata-doce, repolho, alface e folhas de caraguatá, participaram de oficinas culinárias e da construção de uma horta na escola indígena. A compra de alimentos da agricultura familiar também integrou o projeto.

Já no tocante às políticas de *Reconhecimento e proteção a territórios de povos e comunidades tradicionais* foram identificadas 25 experiências. Entre as mais importantes e significativas, resultado da luta das mulheres, estão as leis municipais do babaçu livre, nos estados do Maranhão e do Tocantins. As leis do babaçu livre são instrumentos legais que formalizam práticas ancestrais existentes, garantem o livre acesso e o uso comum das palmeiras e são uma importante conquista das quebradeiras de coco babaçu organizadas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O município de Lago do Junco foi pioneiro no Maranhão na criação da Lei do Babaçu Livre, tendo sido logo seguido por Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luiz Gonzaga, Imperatriz, Limas Campos, São José dos Basílios, Cidelândia, Pedreiras, Amarante, São Pedro da Água Branca e Vila dos Martírios. Já no Tocantins, existem cinco municípios com leis aprovadas: São Miguel do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Axixá do Tocantins, Praia Norte e Buriti do Tocantins.

Para conquistar o reconhecimento político através das leis do babaçu livre, as mulheres investiram na formação e incidência política e construíram estratégias de influenciar o poder legislativo municipal. A aprovação das leis fortalece sua categoria política e permite que se denuncie a violação de seus direitos. Muitas quebradeiras de coco são agricultoras negras e sem-terra, de tal forma que a luta pelo babaçu livre se relaciona à luta pela terra e pelo território. “Não existe coco livre em terra presa”, afirmam as mulheres. O acesso à terra e ao território significa a continuidade e a reprodução da vida das quebradeiras, assim como das palmeiras.

Outro destaque é a Lei Municipal nº 1.629/2015, de Rio Pardo de Minas (MG), que dispõe sobre o reconhecimento da Comunidade Tradicional Geiraizeira de Sobrado, localizada em território que,

FORAM MAPEADAS
**25 EXPERIÊNCIAS DE
RECONHECIMENTO E
PROTEÇÃO DE
COMUNIDADES TRADICIONAIS.**
ENTRE AS MAIS IMPORTANTES
E SIGNIFICATIVAS, RESULTADO
DA LUTA DAS MULHERES,
ESTÃO AS LEIS MUNICIPAIS
DO BABAÇU LIVRE,
REGISTRADAS NO MARANHÃO
E NO TOCANTINS



As **Leis do Babaçu Livre** são instrumentos legais que formalizam as práticas ancestrais existentes, garantem o livre acesso e o uso comum das palmeiras e são uma importante conquista das quebradeiras de coco babaçu através do MIQCB

nos anos 2000, foi invadido por empresários que começaram a produção de carvão ilegal e pasto para gado. O avanço do desmatamento afetou as nascentes. A comunidade, então, mobilizou-se e conseguiu aprovar a lei que dispõe sobre o reconhecimento da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado e a proteção do seu território e seu modo de vida, tidos como patrimônio cultural material e imaterial à salvaguarda, proteção e promoção.

Paraty (RJ) também possui um decreto municipal, publicado em 2019, que associa o tema do reconhecimento e proteção de territórios com o tema da educação contextualizada. Foi criada a categoria “escola do campo” no sistema de ensino do município, modalidade na qual se respeita a diversidade das populações do campo, sua cultura, seus saberes e suas formas de vida nas mais variadas experiências educativas que já existem ou que venham a ser implementadas em suas comunidades. Incluem-se os grupos étnico-raciais definidos por autodeclaração, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica; comunidades rurais e urbanas que lutam, historicamente, pelo direito à terra e ao território e que possuem os recursos ambientais necessários à manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar a memória; e comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento e tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros.

SEMENTES, BIODIVERSIDADE, ÁGUAS E MEIO AMBIENTE

O Resgate, conservação e uso de sementes crioulas e apoio a bancos de sementes comunitários e viveiros florestais está presente em iniciativas como a encontrada em Muqui (ES). O município abriga um projeto de pesquisa-ação de variedades crioulas de milho e melhoramento genético participativo que conta com o apoio da prefeitura, através de assistência técnica, equipamentos de irrigação em campos comunitários e coleta e transporte de esterco bovino e/ou esterco de galinhas, ambos devidamente curtidados. Em Soledade (PB), uma ação pioneira da prefeitura criou, em 2007, o Banco de Sementes Municipal, através de uma lei municipal. Jucati (PE) também possui, desde 2018, o Banco Municipal de Sementes Crioulas. Picuí (PB) conta com o Centro Municipal de Compostagem e também desenvolve, desde 2017, o Projeto Campo Sustentável, da Secretaria de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, que implantou um viveiro de mudas de plantas nativas da Caatinga. Há também muitos municípios, como Anchieta (SC), que promovem Festas de Sementes.

No campo da *Conservação ambiental*, alguns destaques são leis e projetos municipais relativos ao tema de reuso de água, como os que existem em Juazeiro (BA) e Santana do Seridó (RN); eis e projetos para recuperação de nascentes e matas ciliares, como os de Dourados (MS),

Anchieta (SC) e Bela Vista da Caroba (PR); e experiências de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), como a de Extrema (MG), que possui a primeira lei municipal no país a regulamentar o PSA, e as de Vera Cruz (RS), Itacaré (BA) e São Paulo (SP), dentre outras.

No caso das políticas referentes ao tema *Cisternas e outras políticas de estocagem de água*, foram mapeadas políticas em municípios no Ceará, em Pernambuco, na Paraíba, no Maranhão e em Sergipe. Em Serra Talhada e Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco, foram identificados o Plano Municipal de Recursos Hídricos e o Plano Municipal de Convivência com o Semiárido, respectivamente. Brejo da Madre de Deus ganhou o título de Capital da Agroecologia, concedido pela Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), em 2012.

CULTURA E COMUNICAÇÃO

Duas iniciativas no estado da Paraíba no tema *Comunicação popular e cultura* merecem destaque. Uma delas é em Sapé, onde ocorre a Semana Temática Ligas Camponesas, ação desenvolvida pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo que inclui ações de resgate da memória das Ligas e Lutas Camponesas. Já a prefeitura municipal de Cajazeiras se destaca no estado e no Brasil por desenvolver uma das poucas experiências de repasse do percentual de 2% da arrecadação do município, conforme a Lei Municipal nº 1.891/2010, para o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (Fuminc). Por dois anos consecutivos (2018-2019), o Fuminc selecionou e apoiou projetos de artistas locais. Em 2019, foram selecionados 38 projetos nas mais diversas áreas artísticas e culturais em Cajazeiras. Todos os projetos selecionados trabalhavam, de forma intersetorial, com juventude, mulheres, questões raciais e/ou campo e cidade, sendo alguns mais direcionados à juventude do campo e às questões de gênero.

RESÍDUOS SÓLIDOS E COMPOSTAGEM

A pesquisa identificou 17 iniciativas no tema *Descarte, coleta e/ou reciclagem de resíduos sólidos* e outras 13 envolvendo a *Compostagem de resíduos orgânicos*. Em Palmas (TO), um projeto desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural faz o reaproveitamento do material orgânico que seria descartado após o serviço de poda no Centro de Compostagem do município e, posteriormente, distribui para as hortas existentes na capital. Atualmente, o Centro está desativado pois o contrato com a empresa terceirizada



terminou. Outro exemplo de iniciativa voltada para compostagem é o Centro Municipal de Compostagem de Picuí (PB). O Centro recebe e tritura os resíduos coletados pelo serviço municipal, produzindo aproximadamente 10 toneladas de composto orgânico por mês, proporcionando uma destinação sustentável à crescente quantidade de resíduos sólidos orgânicos descartados pela comunidade. Com o recolhimento de casca de coco verde (de bares e restaurantes) e galhos provenientes de podas das árvores, tem sido possível reduzir em 40% a quantidade de lixo que vai para o aterro controlado do município, aumentando a vida útil do aterro e beneficiando as/os agricultoras/es locais que recebem gratuitamente o composto. Essa prática minimiza os efeitos da desertificação nos solos que recebem o material.

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Já no tema da *Agricultura urbana e periurbana* apareceram 42 experiências voltadas para hortas comunitárias, hortas escolares e centros municipais e públicos de produção de alimentos. Além de produzir e abastecer localidades com alimentos saudáveis, esses espaços permitem a prática e a organização comunitária, especialmente de mulheres, práticas de educação alimentar e nutricional e também de educação ambiental. Na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), um processo de mais de dez anos vem incorporando a agroecologia ao planejamento metropolitano. Essa incorporação vem acontecendo no Plano Diretor Metropolitano, Macrozoneamento e nos Planos Diretores Municipais.



Muitas das experiências mapeadas no tema da agricultura urbana são amparadas por legislação própria, tanto em capitais, como Palmas (TO) e Natal (RN), como em pequenos e médios municípios, a exemplo de diversos casos no estado do Paraná (Londrina, Arapongas, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, dentre outros). Em São Paulo (SP), a Secretaria do Trabalho implementou a Bolsa de Inserção Laboral no âmbito do Programa Operação Trabalho (POT). Implementada em 2001, a Bolsa promove o trabalho em hortas urbanas e periféricas e também em comunidades indígenas, produzindo impacto significativo no impulsionamento da agricultura urbana.

Em Florianópolis (SC), um decreto publicado em 2020 dispõe sobre o programa municipal de agricultura urbana, o Cultiva Floripa. Segundo

o decreto, o programa “promoverá práticas agroecológicas que envolvam a produção, o agroextrativismo, a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos voltados ao consumo próprio, trocas, doações ou comercialização, aproveitando e reaproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais”. O texto ainda determina que “as práticas agroecológicas em meio urbano deverão contemplar a melhoria das condições nutricionais e de saúde, de lazer, de saneamento, valorização da cultura, interação comunitária, educação ambiental, cuidado com o meio ambiente, função social do uso do solo, geração de emprego e renda, turismo de base comunitária, melhoria urbanística da cidade e sustentabilidade”. Também em Florianópolis foi promulgada, em 2019, uma emenda à lei orgânica do município que confere à natureza “titularidade de direito”.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS

No tema da *Produção e uso de plantas medicinais e práticas integrativas de saúde*, o projeto Farmácia Viva é implementado em Poço Verde (SE), desde 2019, pela Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, a Secretaria de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, envolvendo também a agricultura familiar camponesa no desenvolvimento da cadeia produtiva e tecnológica local de processamento de plantas medicinais. O projeto tem a finalidade de promover a valorização e conservação da biodiversidade, a educação ambiental e a geração de renda para as famílias camponesas. A proposta metodológica se desenvolve a partir do intercâmbio de saberes tradicionais da comunidade, que já faz uso das plantas medicinais, e dos conhecimentos científicos que são aportados pelos médicos e farmacêuticos que se integram ao projeto a partir da indicação dos fitoterápicos aos seus pacientes e da implementação do laboratório de manipulação das plantas medicinais. Os recursos para o desenvolvimento do projeto são provenientes de edital lançado pelo Ministério da Saúde para a execução da Política Nacional de Práticas Integrativas, à qual Poço Verde aderiu. O município se compromete a dar continuidade ao programa que está sendo impulsionado pelo edital.

Em São Paulo (SP), o programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, incentiva hortas em Unidades Básicas de Saúde. O programa foi incorporado em 2008 na Estratégia de Saúde da Família (ESF) com o intuito de estimular novas práticas no campo da Promoção da Saúde no nível local e fortalecer a capilaridade das ações dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nos seus territórios. Em Guarujá do Sul (SC), o programa Farmácia Viva em Casa, iniciado em 2017, promove o resgate e o uso de plantas bioativas com segurança. O programa, que envolve secretarias municipais e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa

Catarina (Epagri), consiste em organização de horto comunitário e produção e distribuição de mudas, dentre outras ações. Guarujá do Sul também tem iniciativas de compostagem de resíduos orgânicos, apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização e um curso de formação sobre Sucessão no Campo, voltado para as juventudes. Em Rebouças (PR), a Lei nº 1.401/2010 dispõe sobre o processo de reconhecimento dos ofícios tradicionais de saúde popular em suas distintas modalidades (benzedeiros/os, curadoras/es, costureiras/os de rendaduras ou machucaduras) e regulamenta o livre acesso à coleta de plantas medicinais nativas no município.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

Outro papel importante que pode cumprir a administração pública municipal está relacionado ao tema *Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)*. Em Itatiba do Sul, Garibaldi e São Francisco de Paula (RS), o poder municipal investiu recursos em convênios com organizações da sociedade civil para incentivar a agroecologia. Dentre os trabalhos desenvolvidos a partir dos convênios, estão o assessoramento técnico à produção e comercialização de alimentos agroecológicos e a promoção de plantas medicinais e condimentares, tanto junto às/aos agricultoras/es quanto junto à rede de assistência social (grupos de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS). Há também diversas políticas de Ater no estado do Ceará, como nos municípios de Tauá, Quixeramobim, Sobral, Piquet Carneiro, Nova Russas, General Sampaio e Quiterianópolis.

Em relação à *Distribuição de insumos e disponibilização de equipamentos* foram identificadas cerca de 35 iniciativas. Bons exemplos são os programas de ensilagem para a garantia da alimentação animal em período de estiagem, como os que existem nos municípios de Caraúbas e Aparecida (PB). Há casos em que a prefeitura possui a máquina, que é usada de forma coletiva. Em Aparecida, as demandas de uso do equipamento são apresentadas ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em Nova Cantu (PR), há uma legislação específica chamada Programa Porteira Adentro, sobre o fornecimento de insumos, dentre outras coisas. Em Itaberaí (GO), após a consolidação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, várias ações foram conquistadas, tais como a liberação de maquinário para as associações e cooperativas da agricultura familiar e a constituição de uma feira no município.

No tema *Crédito e/ou recursos não reembolsáveis*, destacamos o projeto em Brejo da Madre de Deus (PE), cujo fomento de crédito para agricultoras/es familiares teve a finalidade de complementar o Bolsa Família para a inclusão socioproductiva, tendo como contrapartida a/o beneficiária/o participar de programas de incentivo agroecológico e da agricultura

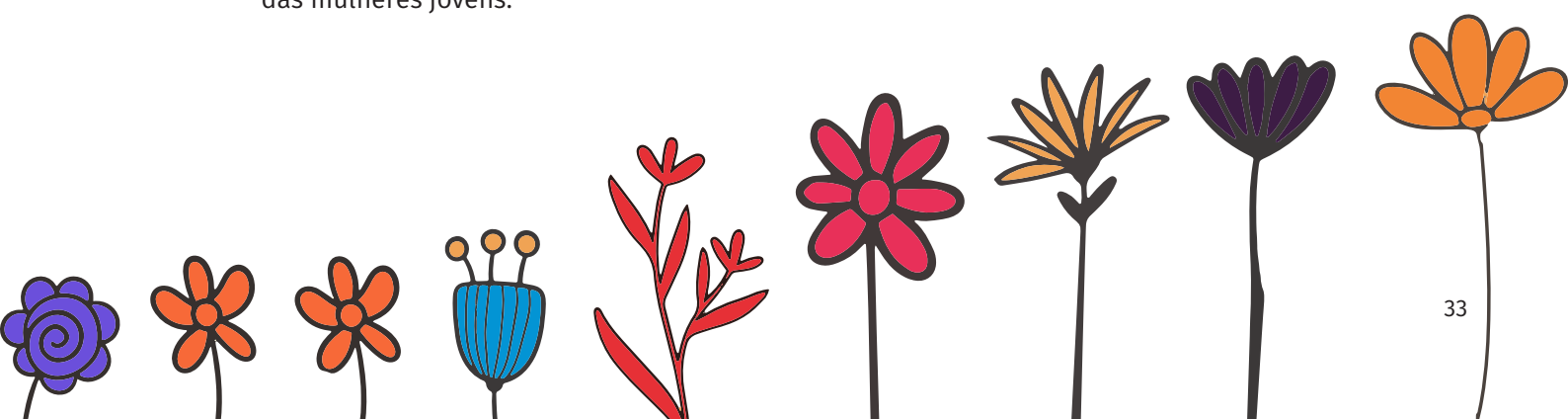
familiar. Em São Raimundo Nonato (PI), a iniciativa da prefeitura tem como objetivo distribuir insumos de qualidade para agricultoras/es familiares do município que não têm condições financeiras para adquiri-los com recursos próprios, impulsionando, assim, a produção e, consequentemente, a renda e a segurança alimentar das famílias.

Em Macaé (RJ), foi instituído, após a chegada da pandemia de Covid-19, um programa de crédito emergencial que beneficia agricultoras/es familiares e microempresárias/os do município com o empréstimo emergencial no valor de até R\$ 20 mil. A concessão do empréstimo não tem cobrança de juros e/ou correção monetária e possui prazos e condições de pagamento facilitadas.

COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E APOIO A GRUPOS PRODUTIVOS DE MULHERES

Políticas de *Defesa dos direitos das mulheres e enfrentamento à violência* também foram mapeadas. Em Afogados da Ingazeira (PE), a Coordenadoria Municipal da Mulher fortalece o Grupo de Mulheres da Serra do Urubu. Esse grupo faz a gestão de um projeto de turismo rural na localidade e o apoio da Coordenadoria inclui a distribuição de kits de irrigação, cursos de formação e um projeto de implantação de cozinha comunitária que já está em funcionamento. Em Conde (PB), a Casa de Maria é um espaço de atendimento exclusivo para as mulheres de Conde (do campo e da cidade). Elas participam de palestras, ações voltadas ao combate à violência contra as mulheres, aulas de dança, rodas de conversa, entre outras ações.

Há ainda 34 iniciativas de apoio a grupos e coletivos de mulheres. Algumas delas envolvem também a produção e o uso de plantas medicinais e práticas integrativas de saúde e as feiras e espaços de comercialização. Também no município paraibano de Conde, a Secretaria Municipal Agropecuária e da Pesca apoia o Grupo de Mulheres Negras do Campo, composto por mulheres quilombolas. A equipe técnica da prefeitura auxiliou na elaboração de um projeto para a construção de um espaço produtivo e para a compra de equipamentos. Atualmente, os alimentos produzidos pelas mulheres são vendidos na Feira Livre da Praia de Jacumã, criada pela prefeitura, abastecem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e são fornecidos para revenda e para eventos – elas têm participado de grandes eventos e festivais gastronômicos. A composição do grupo também inclui a participação das mulheres jovens.



EDUCAÇÃO E JUVENTUDES

Já no tema *Apoio às juventudes* vale destacar a iniciativa em Guaporé (RS), que instituiu, em 2017, o Programa de Incentivo ao Jovem Empreendedor Rural, que visa apoiar jovens empreendedoras/es que atuam no meio rural, incentivando o aumento da produção e da renda familiar e fortalecendo as iniciativas diferenciadas para o setor.

No campo da educação, listamos experiências nos temas *Educação do campo/contextualizada e educação em agroecologia e Educação ambiental*. São exemplos importantes as Escolas Família Agrícola (EFAs) que existem em Esperantina, São Salvador e Colinas (TO) e em Cachoeiro do Itapemirim (ES), sendo esta última localizada ao lado da comunidade quilombola de Monte Alegre. Em Itapipoca (CE), um projeto de educação contextualizada teve início em 2018. Através de um convênio entre a prefeitura e a Cáritas Diocesana, foram implementadas ações de formação para gestoras/es, coordenadoras/es e professoras/es das escolas das áreas rurais do município. Com a finalização do convênio, a prefeitura assumiu a execução do projeto, alocando recursos próprios, não apenas financeiros, como também de pessoal.

No tema da *Educação ambiental*, 29 iniciativas foram identificadas, na maioria das vezes, associadas também aos temas *Conservação ambiental; Educação alimentar e nutricional e promoção da alimentação adequada e saudável; Agricultura urbana e periurbana; e Compostagem de resíduos orgânicos*. Em Montana (ES), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente mantém um trabalho contínuo de educação ambiental e um espaço para destinação do lixo seco e do lixo úmido, acabando, em 2009, com o lixão municipal. Em Teotônio Vilela (AL), a Rede de Educação Contextualizada do Agreste e Sertão (Recasa) articula escolas públicas do agreste e semiárido alagoanos, mobilizando e promovendo a formação continuada em educação contextualizada para crianças, adolescentes, jovens, professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os, diretoras/es e educadoras/es sociais.

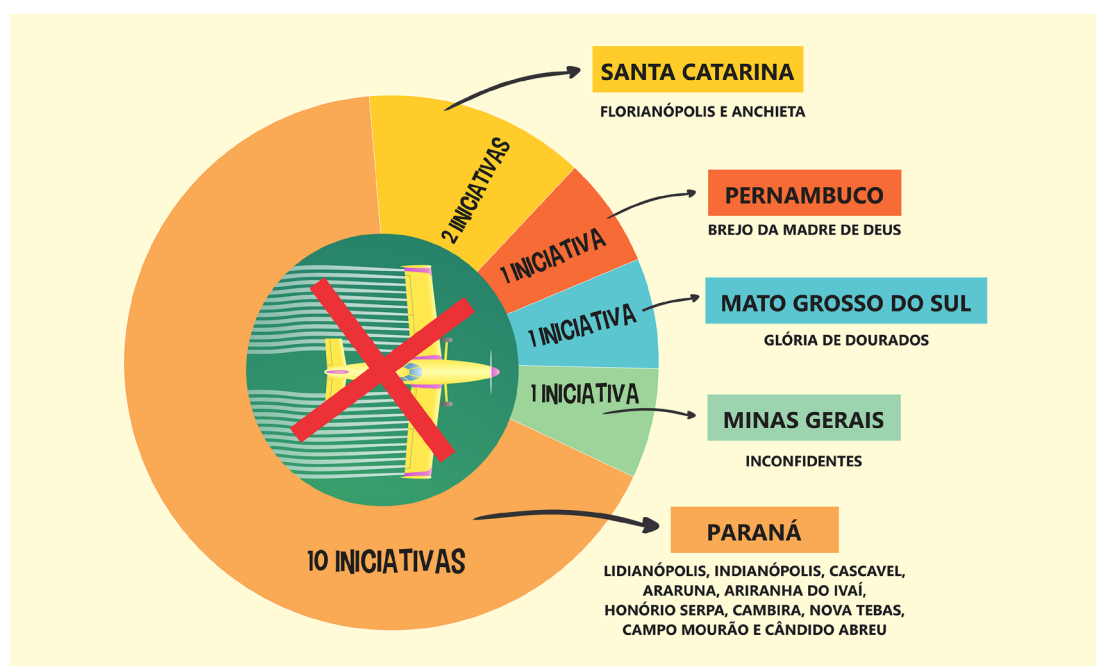
DEMOCRACIA



CONTROLE E RESTRIÇÃO DE ATIVIDADES QUE GERAM IMPACTOS NEGATIVOS

Outro campo de experiências pesquisadas foi relativo a ações e políticas de *Controle e restrição a atividades que impactam negativamente os territórios e a agricultura familiar*. Por exemplo, como resultado da mobilização de agricultoras/es, pescadoras/es, povos e comunidades tradicionais do Baixo Parnaíba e organizações de assessoria da sociedade civil, foi aprovado no estado do Maranhão um conjunto de leis municipais que proíbem a expansão do agronegócio nas regiões do Baixo Muni e do Baixo Parnaíba. No total, já foram oito leis aprovadas nos municípios de Belágua, São Bendito do Rio Preto, Mata Roma, Milagres, Santa Quitéria do Maranhão, Barreirinhas, Magalhães de Almeida e São Bernardo. Duas delas foram depois revogadas (em São Benedito e em São Bernardo). Em linhas gerais, as leis aprovadas proíbem a ampliação e a implantação de novos empreendimentos de monoculturas de eucalipto, mamona, cana-de-açúcar e outros. Essas leis também proíbem a utilização de árvores nativas da região para a produção de carvão vegetal em escala industrial.

GRÁFICO 8: INICIATIVAS DE RESTRIÇÃO/REGULAMENTAÇÃO DO USO DE AGROTÓXICOS



Há também o caso de Florianópolis (SC), que aprovou em 2019 uma legislação que “institui e define como Zona Livre de Agrotóxicos a produção agrícola, pecuária, extrativista e as práticas de manejo dos recursos naturais no município”. Com a lei, “fica vedado o uso e o armazenamento de quaisquer agrotóxicos, sob qualquer tipo de mecanismo ou técnica de aplicação, considerando o grau de risco toxicológico dos produtos utilizados, na parte insular

do município de Florianópolis”. Há também outros exemplos de restrição ao uso de agrotóxicos em municípios no Paraná, como Cascavel, Indianópolis, Campo Mourão e Cândido Abreu, dentre outros. Em Glória de Dourados (MS), município na região Centro-Oeste, conhecida pelos impactos socioambientais da produção intensiva com uso de agrotóxicos e transgênicos, uma lei municipal de 2016 proíbe a pulverização aérea dentro dos limites do município.

OUTRAS INICIATIVAS INOVADORAS

Por fim, destaca-se uma iniciativa importante em Cachoeiro do Itapemirim (ES): desde 2009, realiza-se o Censo Municipal, por meio da integração da Secretaria Municipal da Agricultura com outros setores do governo municipal. Além de ser um importante instrumento para a construção de diagnósticos e das próprias políticas públicas, a partir desta iniciativa, o município passou de 456 propriedades cadastradas, emitindo nota fiscal, para 2.492. O número de notas emitidas passou de 345, em 2008, para 22.939, em 2015, contribuindo para a arrecadação a partir da partilha do ICMS estadual. Há também as iniciativas de órgãos governamentais, dentre as quais a mais inovadora é uma Coordenadoria Municipal de Meliponicultura, em Boa Vista do Ramos (AM), e de espaços de participação e controle social, a exemplo de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Segurança Alimentar e Nutricional e das Comissões Municipais de Agroecologia e Produção Orgânica, como no caso de Teresina (PI).

CONCLUSÃO: DO LOCAL EMERGEM POLÍTICAS DE FUTURO

A implementação de políticas garantidoras de direitos humanos, sociais e políticos é um dever do Estado, nas suas diferentes esferas. Historicamente, foi a mobilização de movimentos sociais populares o motor principal para a conquista desses direitos e para a construção de políticas, programas e ações voltadas a promovê-los. É notório, também, que as políticas públicas construídas e executadas em diálogo e parceria com grupos e organizações da sociedade civil são aquelas que melhor se adequam às realidades locais e melhor atendem às reais demandas da população, alcançando maior efetividade.

Vivemos um tempo de severos desmontes nas políticas públicas federais. O cenário de retrocessos que hoje enfrentamos teve início a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático que destituiu, em 2016, o governo democraticamente eleito de Dilma Rousseff e, desde então, só fez se agravar. As políticas federais voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia e à promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional vêm sendo enfraquecidas ou descontinuadas. No curso do desmonte foram dissolvidos os espaços democráticos de participação social, nos quais se dava, institucionalmente,

o diálogo entre o Estado e a sociedade civil e que foram cruciais para a construção de importantes instrumentos e políticas. Foi o caso, por exemplo, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), fechado no primeiro dia de mandato do atual presidente da República; e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), dissolvida no “revogaço” de maio de 2019, uma decisão também autoritária do governo federal que, de uma só vez, desativou centenas de conselhos e comissões. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em maio de 2016, foi outro duro golpe contra a agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais do país. O retorno de índices preocupantes de insegurança alimentar e fome, a invasão de territórios indígenas e de povos e comunidades tradicionais e os criminosos incêndios florestais na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal são tristes resultados dessa conjuntura.

É preciso lembrar, contudo, que muito pode ser feito no plano local no sentido de minimizar o impacto desses retrocessos e construir alternativas para o desenvolvimento. Mesmo com orçamentos limitados, municípios podem aprovar leis e implementar ações de grande impacto, beneficiando milhares de pessoas no campo e na cidade com medidas de promoção da alimentação saudável, da geração de trabalho e renda, da saúde coletiva e de outros numerosos temas que incidem diretamente sobre a qualidade de vida da população.

É justamente o que mostra esta pesquisa realizada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Num rápido esforço nacional de busca por políticas, programas, ações e legislações municipais de apoio à agricultura familiar, à agroecologia e à segurança alimentar e nutricional foram identificadas mais de 700 iniciativas! Abrangendo os mais diferentes temas e formatos, essas políticas ficaram, até hoje, em grande medida, desconhecidas pelo conjunto da sociedade.

Mesmo se tratando de um levantamento ainda preliminar, realizado ao longo de apenas dois meses e que não reproduz um retrato completo das políticas existentes nos 5.570 municípios brasileiros, esse conjunto de iniciativas identificadas representa um importante referencial de ações efetivas e inovadoras que podem ser criadas, aprimoradas e/ou ampliadas sob a alçada de futuras/os prefeitas/os e vereadoras/es.

É importante destacar que muitas políticas e demais ações pesquisadas se concretizam também pelo protagonismo da sociedade civil e de sujeitos políticos da agroecologia. É o caso, por exemplo, do *Apoio às feiras e circuitos curtos de comercialização*, tema que teve a maior incidência na pesquisa dentre os 41 analisados. As prefeituras têm o papel central de criar condições para a realização das feiras e outros espaços de comercialização direta. Sabemos, porém, que muitas das feiras que hoje existem não seriam possíveis sem a organização política e a iniciativa de agricultoras e agricultores, seus coletivos e outras organizações do movimento agroecológico. As experiências mostram que a democracia e a participação social se colocam como princípios e condições necessárias para o sucesso das ações.

No segundo tema mais incidente, o das *Compras institucionais*, encontramos exemplos sobre como é possível tornar realidade a implementação de importantes instrumentos

garantidores de direitos, como a efetivação da compra direta da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), seguindo a Lei nº 11.947/2009. Sob pretextos políticos, operacionais e/ou logísticos, a obrigatoriedade da destinação de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo governo federal para a compra direta da agricultura familiar não é cumprida em muitos municípios brasileiros. Encontramos neste levantamento experiências de aumento progressivo da compra da agricultura familiar até se atingir o mínimo dos 30%, em seguida superando os 30% e incorporando, também progressivamente, a compra de alimentos de origem agroecológica e/ou orgânica. Em muitos lugares, foram constituídos Programas de Aquisição de Alimentos (PAAs) municipais – um importante exemplo de promoção da segurança alimentar e nutricional para além do espaço educacional, incluindo também a compra de alimentos agroecológicos.

Outros temas de enorme relevância, por sua importância e capacidade de inspirar a replicação em outros municípios, são *Fomento à produção* e *Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)*. Note-se que, em muitas das iniciativas mapeadas, as agências de Ater não aparecem com papel expressivo, realizando, frequentemente, ações pontuais de fomento. Foram encontradas, porém, sobretudo na região Sul, muitas experiências nesse tema que contam com o protagonismo das agências estatais de assistência técnica, bem como contratos de prefeituras com organizações de assessoria do campo agroecológico, mostrando que os municípios podem avançar em direção a políticas municipais de Ater que fortaleçam as entidades estatais e também as organizações da sociedade civil.

Essa situação de certa fragilidade institucional não se restringe apenas a esses temas. No geral, percebemos que há níveis distintos de institucionalidade nas iniciativas mapeadas. Existem, por um lado, ações mais estruturadas a partir de legislações, planos e programas de governo e, por outro, muitas iniciativas mais pontuais e menos estruturadas, que parecem relacionar-se com conjunturas particulares vinculadas aos poderes executivos municipais. Um apontamento fundamental derivado dessa percepção é a importância de se avançar na institucionalização dessas práticas, tornando-as políticas de Estado e não apenas de governo.

É possível perceber também que os municípios têm o potencial de criar arranjos institucionais, para além de iniciativas isoladas. Quando analisamos comparativamente os dados de iniciativas existentes e de municípios identificados, vemos que, em muitos casos, um mesmo município apresenta uma diversidade de ações que, na sua execução, poderiam estar integradas. O caso mais significativo é o de Anchieta (SC), onde foram identificadas 16 iniciativas municipais diferentes. Cabe destacar também, mesmo na conjuntura política crítica que enfrentamos no nível nacional, o importante papel que cumprem as instituições federais de ensino superior, como as Universidades e os Institutos Federais, em ações de ensino, pesquisa e extensão construídas em diálogo com as demandas da sociedade civil. Da mesma forma, órgãos federais e estaduais de pesquisa e extensão agropecuária podem estabelecer parcerias frutíferas com poderes municipais no desenvolvimento de ações de grande impacto local.



Merecem também destaque as políticas para mulheres. O levantamento identificou 14 políticas relacionadas à *Defesa dos direitos das mulheres e enfrentamento à violência* e 34 ao *Apoio a grupos e coletivos de mulheres*. Essas iniciativas ocorrem em municípios de apenas 15 estados dos 26 analisados na pesquisa e concentram-se, sobretudo, nas regiões Nordeste (16 iniciativas) e Sudeste (15). Elas aparecem também, em menor proporção, nas regiões Sul (9) e Centro-Oeste (5) e não foram identificadas na região Norte. O estudo, portanto, deixa evidente a importância e a necessidade de que as políticas voltadas às mulheres, que entre outras dimensões as valorizam enquanto sujeitos da agroecologia, sejam não só fortalecidas e ampliadas, mas também replicadas pelo país.

Já as políticas de *Apoio às juventudes* e de *Educação do campo/contextualizada e educação em agroecologia*, juntas, estão presentes em todas as regiões, com maior concentração no Sul (14), seguido pelo Nordeste e pelo Sudeste (9), pelo Norte (6) e pelo Centro-Oeste (3). Porém, elas ainda estão presentes em municípios de somente 17 dos 26 estados pesquisados (os estados que se destacaram foram RS e PR, com 6 iniciativas cada), o que mostra que muito se tem ainda a avançar nesse campo.

AGROECOLOGIA NAS ELEIÇÕES

Trazer para o conhecimento público esses numerosos exemplos de políticas e legislações municipais é uma contribuição que a Articulação Nacional de Agroecologia oferece neste momento em que acontecem as campanhas para as eleições municipais e os debates com as candidaturas às prefeituras e às câmaras municipais de vereadoras/es.

Temos aqui um importante conjunto de referências mostrando que o leque de possibilidades para apoiar a agricultura familiar, a agroecologia e a segurança alimentar e nutricional a partir dos poderes municipais é imenso. E que, quando esses instrumentos – políticas, programas, ações e legislações – são construídos e implementados de forma participativa, com o envolvimento direto das organizações da sociedade civil e públicos beneficiários, o êxito dessas ações é notável.

As políticas públicas municipais podem fortalecer e fomentar a produção da agricultura familiar e de base agroecológica e conservar os bens comuns, construir/fomentar circuitos curtos de comercialização e, conseqüentemente, criar dinâmicas de abastecimento alimentar mais autônomas, como também atuar de forma determinante na promoção da alimentação adequada e saudável. Muitas dessas políticas sequer pressupõem uma dotação orçamentária significativa e, ainda assim, podem ter impactos diretos sobre parcelas consideráveis da população, representando alternativas concretas para a superação das crises democrática, social, sanitária, ambiental, política e econômica que enfrentamos hoje.

É hora de travar este debate no plano local e empreender a boa luta política. Os municípios podem fazer muito pela agroecologia e pela segurança alimentar e nutricional, em benefício de toda a sociedade. Bons exemplos, como vimos, não faltam.



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

Rua das Palmeiras, nº 90, Botafogo
Rio de Janeiro/RJ, CEP 22270-070

www.agroecologia.org.br

